

----- **Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e dez**

----- Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---- **1**-Ponto prévio antes da ordem do dia;-----

---- **2**-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2009, da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;-----

---- **3**-Apreciação do Inventário do Património Municipal de 2009;---

---- **4**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e outras Receitas Municipais;-----

---- **5**-Informação da Sr^a Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

---- **6**-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

---- **7**-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento;

---- O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta do membro Olimpia do Carmo Ferreira Mendes e do membro Miguel António Martins Fradique, o qual informou que não poderia estar presente e solicitava que lhe fosse justificada a falta e em representação da Junta de Freguesia de Perais a presença do seu Secretário.-----

---- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, onde consta o pedido de justificação de falta à sessão de 19/02/2010 do membro Olimpia do Carmo Ferreira Mendes, ficando à disposição dos membros, querendo, para eventual consulta.-----

---- O Presidente da Assembleia, no seguimento dos vários e-mails enviados pelo sr. Vereador Abel Mateus solicitando que lhe fossem facultados alguns documentos entrados na última sessão, disse que, fazendo estes documentos parte integrante da Acta, concordava e seria da mais elementar justiça que os mesmos fossem disponibilizados após a aprovação da mesma, referindo inclusive que, o sr. Vereador Abel Mateus, numa Reunião de Câmara, tinha-se mostrado indignado porque tinha sido confrontado por várias pessoas sobre um assunto discutido numa reunião de Câmara, no dia seguinte à realização desta e antes da Acta ter sido aprovada, como tal e após a aprovação da mesma, seriam enviados os documentos solicitados.-----

---- Procedeu-se à leitura da acta da sessão ordinária de 19 de Fevereiro de 2010, sendo aprovada por unanimidade.-----

---- O Presidente da Assembleia deu conhecimento da entrega à Mesa, em mão, pela sr^a Vereadora Natália Ramos, de um requerimento para que, em representação do sr. Vereador Abel Mateus, que não pôde estar presente nesta sessão, efectua-se a leitura de uma Moção sobre o exercício do direito de defesa da honra deste Vereador. O Presidente da Assembleia disse que, embora não compreendesse onde é que a honra do sr. Vereador Abel Mateus, na última sessão, tivesse sido afectada, uma vez que este foi o último a intervir, faria todo o sentido que fosse o próprio a exercer esse direito e não por entreposta pessoa, bem como também faria todo o sentido que o requerimento fosse assinado pelo sr. Vereador Abel Mateus e não pela sua representante.-----

-----**1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- O membro Ricardo Luís disse que por esquecimento, na última sessão não tinha mencionado a quem doaria o valor da sua senha de

presença, apesar de ter já dito numa anterior sessão que nas próximas quatro sessões iria efectuar essa doação à Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, mantendo assim essa decisão. Continuou, congratulando-se com a acção de homenagem aos presidentes pós 25 de Abril, lamentando que por razões profissionais não ter estado presente. Por fim, salientou o facto da última Assembleia ter sido regida com muita sobriedade e empenho por parte de todos os membros e com escrupuloso respeito pelas pessoas, mais do que pelo tempo e assim gostaria que continuasse.-

---- O Presidente da Junta de Freguesia de Fratel leu uma declaração, que ficará junto aos documentos desta sessão, na qual refere que devido ao falecimento de um jovem desta freguesia, cujo o funeral se irá realizar no dia um de Maio, que a realização da jornada de convívio previsto para este dia seria adiado para o próximo dia 5 de Junho.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia de Fratel que em nome de todos os membros desta Assembleia apresenta-se as condolências à família enlutada.-

---- A membro Maria José Sobreira, leu uma Moção onde os membros da bancada Socialista manifestam o apreço pela cerimónia realizada no passado dia 24 de Abril, em homenagem a todos os Presidentes da Assembleia e Câmara Municipal, eleitos desde o 25 de Abril de 1974, que ficará arquivada junto aos documentos presentes nesta sessão.--

---- A membro Ana Luísa, leu uma Moção onde salientava as boas práticas e o trabalho deste executivo em prol do desenvolvimento, baseando-se nalguns dados do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2008, Moção esta que ficará arquivada junto aos documentos presentes nesta sessão.-----

---- Após a leitura destas Moções, o Presidente da Assembleia

Municipal, colocou à votação a entrada da Moção apresentada pela Membro Maria José Sobreira, tendo sido aprovada por unanimidade a entrada desta na Mesa. De igual modo foi colocada à votação a entrada da Moção apresentada pela membro Ana Luísa, tendo sido aprovada por maioria, com 13 (treze) votos a favor da bancada Socialista e 4 (quatro) abstenções da bancada Social Democrata, a entrada desta na Mesa.-----

---- 2-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2009, da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;-----

---- A membro Maria José Sobreira, deixou uma palavra de apreço a todos os funcionários da Câmara Municipal que contribuíram para a elaboração cuidada e transparente do presente Relatório, e que após análise do mesmo, verificou que no ponto das receitas correntes, os impostos directos tinham descido bastante em relação ao ano anterior, solicitando um esclarecimento sobre essa situação.-----

---- O membro Paulo Roberto, aproveitou para também evidenciar a forma explícita como foi elaborado este documento, no entanto salientou o facto de que o grande acréscimo que houve nas despesas correntes, essencialmente por via de duas rubricas, aquisição de bens e serviços e principalmente pelo aumento da despesa de pessoal que no período 2008/2009 rondou os 20% (vinte por cento). Por essa via faz com que os resultados operacionais da Câmara tenham um resultado negativo e que os resultados líquidos neste mesmo período, tenham decrescido 800.000,00€ (oitocentos mil euros), apesar de ainda serem positivos cerca de 100.000,00€ (cem mil euros). A grande questão era que se as despesas com o pessoal continuarem a este nível, nos próximos anos teríamos resultados globais negativos. Salientou também, o facto de ter questionado à

um ano atrás sobre as dividas a terceiros que estavam num valor bastante elevado e congratula-se por ver que houve um esforço muito grande e que essas dividas reduziram, num ano em que toda a gente não quer pagar, reduziram 800.000,00€ (oitocentos mil euros) o que era excelente pecúlio para a Autarquia. Por fim e referindo-se ao ponto onde estava descrito que as despesas com o pessoal tinham cumprido com o estipulado pela Lei e num quadro junto, estes valores eram contraditórios com o que estava descrito na conclusão.-----

---- A sr^a Presidente da Câmara Municipal, começou por fazer uma breve apresentação do Relatório, tendo em seguida respondido que em relação à primeira questão colocada, a redução dos impostos directos nas despesas correntes, prendia-se com o facto do calculo da Derrama ter sido alterado de 2008 para 2009, sendo que em 2008 foi arrecadado um valor superior a 270.000,00€ (duzentos e setenta mil euros) em que a Derrama era calculada em função das vendas das empresas e em 2009 incidir sobre os lucros das mesmas, tendo-se neste ano apurado um valor de 43.000,00€ (quarenta e três mil euros) daí existir um decréscimo tão grande na receita de impostos directos. À questão colocada pelo membro Paulo Roberto sobre as despesas com o pessoal, referiu que o acréscimo destas se devia a vários factores, nomeadamente, à transferência para a Autarquia do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas, à opção gestonária e à actualização dos vencimentos dos funcionários, que no passado ano sofreu um aumento de 2,9%. Em relação à questão da possível contradição entre a tabela e a conclusão inscritos no relatório, a sr^a Presidente passou a palavra à Dr^a Fernanda Neves que disse que o valor inscrito na terceira coluna da tabela era já o valor limite, ou seja, era já os 60%, no caso do pessoal do quadro e os

25% no pessoal em qualquer outra situação, significando que, a percentagem estava a ser comparada com o valor limite e não com o valor real.-----

---- O membro João Ferro disse que, não pondo em causa a transferência dos 23 funcionários das escolas para a Autarquia, mas questiona que havendo um diferencial de 420.000,00€ (quatrocentos e vinte mil euros) era porque estes ganhavam muito bem e que não era esse o conhecimento que tinha de quanto ganhava um auxiliar numa escola.-----

---- A sr^a Presidente respondeu que não lhe competia achar se os funcionários eram bem pagos ou não e que a Autarquia não podia meter mais funcionários do que aqueles ao qual está autorizada por esta Assembleia e que as únicas três situações que se reflectiam nessa verba eram as que já tinha referido, a transferência dos funcionários das escolas, a opção gestionária e o aumento dos vencimentos de todos os funcionários da Autarquia.-----

---- O membro Ricardo Luis referiu que neste momento existiam quatro médicos a exercer no nosso concelho, sabendo que dois deles iriam deixar de cá trabalhar e uma vez que temos uma população envelhecida que carece de muitos cuidados de saúde, questionou se já existiam contactos por parte da Autarquia com a actual Unidade Local de Saúde para que haja a colocação de pelo menos mais um médico para substituir os outros dois, uma vez que, em principio, o concelho não voltaria a ter quatro médicos em exercício.-----

---- A sr^a Presidente disse que após ter conhecimento desta situação, tinha tido um primeiro contacto com a Directora do Centro de Saúde e seguidamente, teve duas reuniões com o sr. Administrador, que numa delas se deslocou a esta vila, estando-se neste momento a trabalhar para encontrar uma solução para este

assunto.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, salientou a elevação com que este ponto fora discutido por todos os membros, colocando à votação o mesmo, tendo sido este aprovado por maioria, com 13 (treze) votos a favor dos membros da bancada Socialista e 4 (quatro) abstenções dos membros da bancada Social Democrata.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **3-Apreciação do Inventário do Património Municipal de 2009;**---

---- Não tendo havido intervenções, foi efectuada minuta que o presente Inventário foi apreciado por esta Assembleia Municipal.---

---- **4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e outras Receitas Municipais;**-----

---- O membro Luís Costa, alegando desconhecer a tabela antiga, questionou qual a percentagem que tinha sido aplicada aos valores presentes nesta alteração.-----

---- A sr^a Presidente passou a palavra à Dr^a Adelina Ferreira Pinto que explicou que a alteração agora apresentada referia-se ao facto de se aumentar o bilhete do cinema de 2,50€ (dois euros e cinquenta) para 3,00€ (três euros) e a introdução do custo do preço dos bilhetes para espectáculos.-----

---- O membro Ricardo Luís, sugeriu que nos valores referentes à utilização do auditório e sala polivalente da CACTEJO, se inserisse na tabela que aos mesmos acresceria o IVA, ao que a sr^a Presidente respondeu que essa questão já tinha sido levantada e que já se tinha procedido a essa correcção.-----

---- Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação a alteração à Tabela de Taxas, Tarifas e Outras Receitas Municipais, tendo sido aprovada por unanimidade, conforme a seguinte redacção:

---- CAPITULO XVIII - Equipamentos Municipais-----

----- Artigo 37º Casa de Artes e Cultura do Tejo-----

----- 1.-Bilhetes de Cinema:-----

----- a)- Normal - 3,00€ - IVA Incluído-----

----- b)- Menores de 11 anos - 1,50€ - IVA Incluído-----

----- c)- Portadores de Cartão Jovem Municipal - 2,50€ - IVA
Incluído-----

----- 2.-Bilhetes de Espectáculos em geral (com encargos da
autarquia superior a 2.000,00€):-----

----- a)- Bilhete Normal - 5,00€ - IVA Incluído-----

----- b)- Cartão do Idoso - 4,00€ - IVA Incluído-----

----- c)- Cartão Jovem Municipal - 4,00€ - IVA Incluído-----

----- d)- Menores de 11 anos - 2,50€ - IVA Incluído-----

----- 3.- Bilhetes de Espectáculos em parceria - Intercâmbios ou de
divulgação (com encargos da autarquia inferiores a 2.000,00€):-----

----- a)- Bilhete Normal - 3,00€ - IVA Incluído-----

----- b)- Cartão do Idoso - 2,50€ - IVA Incluído-----

----- c)- Cartão Jovem Municipal - 2,50€ - IVA Incluído-----

----- d)- Menores de 11 anos - 1,50€ - IVA Incluído-----

----- 4.- Utilização Auditório - por dia - 150,00€ - mais IVA-----

----- 5.- Utilização de Sala Polivalente - por dia - 100,00€ - mais
IVA-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **5- Informação da Srª Presidente da Câmara Municipal sobre a
actividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º
da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei
nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;**-----

----- Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma
informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira,
reportada à data de 23 de Abril, nomeadamente, os valores da

receita cobrada de 2.023.961,35€ (dois milhões, vinte e três mil, novecentos e sessenta e um euros e trinta e cinco cêntimos), dos pagamentos efectuados de 1.552.943,56€ (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos) e do saldo de 692.144,83€ (seiscentos e noventa e dois mil, cento e quarenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos) e no nº2, as principais actividades desenvolvidas pela autarquia nos sectores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, da Saúde e Acção Social, no Apoio ao Desenvolvimento e Protecção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projectos Municipais, tendo salientado alguns aspectos inscritos na mesma. Continuou, dizendo que a autarquia assinou um Protocolo com a EDP que irá atribuir uma verba à Câmara Municipal, permitindo a esta a construção de um miradouro sobre as "Portas do Vale Mourão", permitindo assim usufruir da paisagem e até acompanhar as obras de construção da futura barragem do Alvito. Deu conhecimento também que, fora assinado um Protocolo de colaboração com a Escola Profissional do Fundão, possibilitando aos jovens do concelho a frequência deste estabelecimento de ensino. Terminou esta intervenção referindo-se à homenagem realizada no passado dia 24 de Abril, aos antigos presidentes da Câmara e Assembleia Municipal, e da importância da mesma.-----

---- O membro Roma, solicitou informação sobre o Projecto de Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, aprovado em reunião de Câmara, dizendo também que, a conclusão da electrificação da Rua da Estação, em Sarnadas de Ródão, não constava na informação, no ponto das obras concluídas.-----

---- A sr^a Presidente disse que não se tinha referido à conclusão da obra de electrificação da Rua da Estação, em Sarnadas de Ródão,

porque esta era uma situação que se vinha arrastando à já alguns anos e que só devido a um bom entendimento entre a EDP e a autarquia se conseguiu resolver o problema, passando em seguida a palavra ao vereador Luís Pereira que disse que, esta era uma obra da responsabilidade da SCUTVIAS que não assumiu esse compromisso, tendo assim a Câmara em parceria com a EDP assegurado a resolução deste problema, tendo a autarquia pago 4.000,00€ (quatro mil euros), cerca de 40% do valor da obra.-----

---- O vereador José Manuel, em referência ao projecto de Regulamento citado, disse que iria entrar na fase de discussão pública e que após o término desta viria à Assembleia para apreciação e discussão, esclarecendo que este Regulamento tinha como âmbito o apoio social e o apoio à habitação e contempla todos os estratos sociais desfavorecidos que tenham rendimentos *per capita* inferiores a 60% do valor do salário mínimo nacional, discriminando em seguida algumas das situações contempladas.-----

---- O membro Luís Costa, referindo-se à cerimónia de agradecimento aos antigos presidentes de Câmara e Assembleia Municipal, disse que tinha alguma pena que esta não tivesse sido uma acção conjunta dos dois órgãos autárquicos, ou seja, cada órgão deveria agraciar os seus pares. Falando em nome pessoal, disse que a eleição do Dr. Nogueira Pires à primeira Comissão Administrativa, além de ter sido por exigência própria da pessoa que quis só ser eleito de forma directa, foi também a primeira pessoa neste país, após o 25 de Abril, que fez esta exigência, existindo inclusive, uma notícia deste facto, publicada no jornal "Libéracion", que seria de todo interessante recuperar. Em seguida, questionou para quando estaria previsto a abertura definitiva do novo viaduto sobre a linha de caminho de ferro, nesta vila, e se tinha sido efectuada a reunião

com a QUERCUS e qual o resultado da mesma. Por fim, voltou a solicitar se lhe disponibilizavam informação sobre o licenciamento da estrutura de extracção de óleos da empresa CENTROLIVA e para quando estaria previsto a acção de filtragem dessa unidade industrial.-----

---- A sr^a Presidente disse que em relação à passagem superior sobre a linha de caminho de ferro disse que, devido ao Inverno rigoroso que se fez sentir este ano, fora solicitado a prorrogação do prazo para a conclusão desta obra, estando previsto que a partir do próximo dia 18 de Maio se poderia passar por este viaduto. Referindo-se à reunião tida com a QUERCUS, disse que correu bem e que estavam a colaborar em várias acções, nomeadamente, na ordenação da pesca no Rio Tejo, em conjunto com os pescadores. No que dizia respeito ao assunto CENTROLIVA, disse que, já tinha uma proposta da UBI, que contemplava as várias situações aqui levantadas e que após a apresentação desta proposta, teve uma reunião marcada com o Dr. Nuno Branco, administrador desta empresa, que se prontificou a enviar um relatório sobre todos os investimentos e tudo o que foi feito nesta unidade industrial, relatório esse que até a esta hora não tinha chegado. Solicitou também aos vizinhos desta empresa, que se pronunciassem sobre o assunto, tendo sido apresentado pelos habitantes da Quinta da Ordem um relatório o qual foi lido pela sr^a Presidente, no qual se referiam ao mau estar provocado por esta empresa, pela poluição atmosférica, fumos, fuligens e um cheiro intenso a óleos, bem como pela poluição sonora, devido ao destroçamento de madeiras, salientando a causa/efeito desta poluição e possíveis soluções para minimizar a mesma. Continuou, dizendo que esperava uma resposta por parte do administrador desta empresa o mais rápido possível e se a

não obtiver iria agir em conformidade e que numa próxima sessão iria dar mais informações sobre este assunto. Quanto ao solicitado pelo membro Luís Costa, disse que iria pedir ao Gabinete Técnico da autarquia que elaborasse um relatório com todos elementos possíveis e lho remeteria logo que fosse possível.-----

---- A sr^a Presidente disse que, em relação a um Bar existente no Porto do Tejo, estaria a ser acusada injustamente que tinha sido ela a autorizar a reabertura do mesmo, esclarecendo que tinha solicitado à ASAE, com conhecimento à sr^a Governadora Civil e à G.N.R., que fosse efectuada uma vistoria por parte desta para verificar se este estabelecimento reunia as condições para poder funcionar como bar ou café, verificando-se que o Alvará de funcionamento existia, e que após as diligências solicitadas verificou-se que em termos de higiene, não estaria a funcionar a parte do bar. À solicitação por parte do membro Luís Costa, de cópia do relatório elaborado pelos habitantes da Quinta da Ordem e aqui lido pela sr^a Presidente, esta respondeu que teria que pedir autorização a quem o elaborou, visto tê-lo feito a pedido desta para complementar a informação a esta Assembleia.-----

---- O membro Joaquim Morgado disse que era com muita satisfação que via a determinação com que a sr^a Presidente estava a tratar este assunto e em relação ao relatório pedido e aqui lido por esta, confirmou tudo o que nele estava descrito.-----

---- No seguimento da solicitação do Presidente desta Assembleia para votarem nas "Portas de Ródão", no âmbito do concurso das sete maravilhas naturais de Portugal, o membro Ricardo Luís disse que tem apelado, através de vários meios profissionais e pessoais, para esta votação.-----

---- **6-Outros assuntos de interesse para o Município;**-----

---- O membro Ricardo Luís, sugeriu se, ao abrigo do Regimento, seria possível efectuar-se o envio do projecto de Acta das Assembleias aquando do envio da Convocatória, para ser lida em detalhe em casa por cada membro, e na sessão da Assembleia poder ser só colocada a aprovação, poupando assim algum tempo a estas sessões. No seguimento da informação da sr^a Presidente sobre o Protocolo celebrado com a Escola Profissional do Fundão e na preocupação da saída dos nossos jovens do concelho, questionou se não seria viável, seguindo o exemplo de Nisa, a constituição a médio ou longo prazo, de um pólo ou escola profissional de base, aproveitando até a industria ligada ao papel que se estava a desenvolver no concelho, propondo inclusive que, se quisessem formar uma comissão para o estudo desta matéria mais a fundo, poderia prepara um moção formal para a constituição dessa mesma comissão, ter alguns trabalhos de base, porque outros concelhos já o conseguiram fazer e seria uma maneira de viabilizar o ensino no concelho.-----

---- A sr^a Presidente disse que, esta era uma hipótese já discutida pelos membros do Conselho Municipal de Educação, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação, não uma escola de raiz mas sim um pólo que pudesse trabalhar com a escola de Nisa ou com a ETEPA, existindo porém o problema com o baixo número de alunos, no entanto e aproveitando as indústrias ligadas ao papel existentes no concelho, efectuar-se uma reunião onde estivessem presentes representantes destas fábricas, nomeadamente a AMS e CELTEJO, da autarquia, do Agrupamento de Escolas, do Centro de Emprego e, eventualmente, do Centro de Formação, para em conjunto estudar essa hipótese.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, em relação ao envio do

projecto de Acta aos membros, disse que, da sua parte não via inconveniente que isso fosse feito, no entanto e como se colocava a dúvida se esta acção dispensaria ou não a leitura da mesma em sessão, remeteu esta decisão para uma futura Assembleia.-----

---- O membro Roma começou por felicitar o membro Ricardo Luís pela sua intervenção, pela apresentação de propostas construtivas que poderiam ser criticas mas eram altamente construtivas. Continuou, solicitando um esclarecimento sobre o que é que estaria mal no Inventário Municipal para que os vereadores do PSD tivessem votado contra a aprovação do mesmo.-----

---- O Presidente da Assembleia, ao abrigo do Regimento e estando presente um dos vereadores visados, a Dr^a Natália Ramos, passou-lhe a palavra.-----

---- A Vereadora Dr^a Natália Ramos disse que, o facto de terem votado contra deveu-se a duas situações, sendo elas a não recessão da sua parte dos documentos em causa e o desconhecimento da matéria dos mesmos, e como os três documentos foram votados em conjunto, talvez por lapso, não se efectuou a votação dos três documentos em separado. A sr^a Presidente disse que se essa questão tivesse sido levantada na reunião da Câmara Municipal, com certeza que os documentos eram votados individualmente, como isso não aconteceu, foram votados em conjunto.-----

---- O membro Ricardo Luís, disse que lapsos eram possíveis de acontecer, mas parecia-lhe que tinha existido um erro de forma, que deveria em reunião de Câmara ter sido votado o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas num ponto e noutro o Inventário, como isso não aconteceu, os vereadores que votaram contra também poderiam discriminar em acta, que o voto contra era referente ao Relatório e a Prestação de Contas, pensando que nesta situação tinha havido

culpa de ambas as partes. A Vereadora Dr^a Natália Ramos, disse que se tivesse havido essa divisão de pontos não iriam votar contra o Inventário, que realmente os documentos a votação deveriam vir em alíneas diferentes, que eles também poderiam em reunião ter chamado a atenção para essa situação, mas como na altura não lhes pareceu relevante não o fizeram.-----

---- O Vereador Luís Pereira disse que nesta situação não teria havido um erro de forma porque os documentos foram enviados para os vereadores, tiveram à disposição destes para consulta antecipadamente, portanto aquando da votação estes sabiam exactamente o que estavam a votar, não vendo assim onde é que teria havido um erro de forma.-----

---- O membro Ricardo Luís questionou se na Ordem do Dia da Reunião de Câmara, havia duas alíneas distintas, uma para o Relatório e Prestação de Contas e outra para o Inventário, ou estes três documentos eram constantes da mesma alínea, ao que a sr^a Presidente respondeu que estes documentos não tinham sido votados da primeira vez porque os vereadores disseram que não tinham recebido a tempo e horas os mesmos, passando a votação dos mesmos para a reunião seguinte, na qual a sr^a Vereadora Natália Ramos disse que ainda não tinha recebido os documentos mas que isso seria um problema que a sr^a vereadora teria que ter tratado com os serviços, porque os documentos tinham sido colocados à disposição para análise, no salão nobre da autarquia e que os três documentos estavam inscritos no ponto quatro da Ordem do Dia da Reunião de Câmara e que cada um deles era um documento que teria de ser votado, logo se na reunião algum dos vereadores declarasse o sentido de voto a cada documento essa questão seria colocada, como isso não aconteceu e da parte dos vereadores do PS foram votados favoravelmente, essa seria uma,

questão que deveria ter sido colocada na altura, inclusive, cada documento tinha uma minuta própria, assinada pelos vereadores que os aprovaram.-----

---- O membro Joaquim Morgado questionou que, no seguimento da aprovação do Protocolo a celebrar com a Celtejo, para quando a assinatura do mesmo, em relação à pousada qual era a situação da cessão de exploração da mesma e qual era a situação do IP2.-----

---- A sr^a Presidente referindo-se ao Protocolo com a Celtejo, disse que a assinatura do mesmo estaria prevista para a semana seguinte, não sabendo ainda se seria ou não um acto público. No que dizia respeito à estalagem "Portas de Ródão", disse que tinha proposto à empresa SOLNAVE a gestão desta até ao final do presente ano, altura em que se prevê que seja feita uma hasta pública para exploração da estalagem, sabendo inclusive da existência de três empresários interessados na exploração da mesma e caso as propostas apresentadas não interessarem optar-se-ia por uma das soluções que em seguida enumerou, ou por outra que lhes surgir apropriada. Em relação ao IP2, disse que este assunto ainda não tinha tido qualquer desenvolvimento e que a autarquia não poderia aceitar a recepção deste troço de estrada sem a devida compensação financeira por parte da Estradas de Portugal, troço esse que estava a necessitar de intervenção.-----

---- O membro Ricardo Luís, em relação à gestão da pousada, questionou se porventura alguma proposta dos privados não interessar à Câmara Municipal, não se poderia equacionar a possibilidade da autarquia encontrar outro tipo de solução, nomeadamente, a criação de uma empresa de gestão turística associada à Câmara Municipal que em parceria com algumas instituições da região pudessem efectuar esta gestão, ao que a sr^a

Presidente respondeu que era muito difícil fazer a gestão dessas empresas com clareza e que implicava vencimentos astronómicos aos gestores da mesmas. O membro Ricardo Luís, complementou a ideia, dizendo que existia uma licenciatura em gestão turística a ser ministrada pela Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, com necessidade de locação, quer de estágios profissionais, quer de outro tipo de trabalhos, existir uma escola de turismo no Fundão com méritos reconhecidos, e como tal seria interessante ter-se aqui um estabelecimento que se enquadra-se neste grupo, ou seja, um turismo vocacionado para quem esteja disposto a pagar para usufruir de turismo de qualidade e não ter mais do mesmo. A sr^a Presidente disse que já em tempos, a pousada tinha sido gerida por uma escola profissional de Ferreira do Zêzere e que tinha sido uma experiência negativa em todos os aspectos, que nada ainda estava decidido e que este seria um assunto para ser discutido na altura certa, por todos, nos locais próprios. O membro Ricardo Luís disse concordar com a sr^a Presidente quando disse que a gestão deveria ser feita por privados, mas e como esta tinha dito que já havia algumas propostas de privados e caso essas propostas não fossem suficientemente boas para a Câmara, se já se estaria a delinear uma solução acessória para este caso. A Sr^a Presidente esclareceu que, tinha havido manifestação de interesse por parte de três instituições, mas ainda nada está definido nem lhe competia a ela definir o que quer que fosse.-----

---- 7-Período de intervenção nos termos do artº 19º do Regimento; -

---- O sr. José António Sobreira, residente em Sarnadas de Ródão, começou por saudar o órgão executivo, os membros desta Assembleia e os presidentes das Juntas de Freguesia desejando-lhes um bom trabalho para este mandato. Referindo-se à sessão desta Assembleia

realizada em 19/02/2010, e ao facto de ter sido impedido de intervir no ponto destinado à intervenção do público, tendo sido informado que ao abrigo do Regimento, não se tinha inscrito atempadamente para o fazer e tendo na altura argumentado com a legislação, pois não havia nenhum documento que esta Assembleia pudesse aprovar que vá contra a Lei, logo ao ser-lhe retirada a possibilidade de intervir estava-se a ir contra a Lei. Entretanto, informou-se e concluiu que tinha o direito a intervir, mas como lhe tinham evocado o Regimento e para tirar dúvidas e após ter sido acusado pelo sr. Presidente de estar a perturbar os trabalhos, tentou consultar esse documento através do site da autarquia e verificou que este não se encontrava lá publicado, ou seja, ou o sr. Presidente da Assembleia distribui uma cópia do Regimento a cada munícipe ou então terá de publicar em qualquer lado, uma coisa era certa, não se poderia inscrever para solicitar esclarecimentos antes do último ponto, porque não sabia se iria ter dúvidas ou não, a não ser que em todas as sessões que assistir, se inscrever e depois quando chegar a altura de intervir logo se vê se deve ou não intervir.-----

---- O sr. Presidente da Assembleia Municipal respondeu que, não tinha dito que estava a perturbar a ordem dos trabalhos, aliás tinha chegado ao cúmulo de ser chamado de ditador e como gostava de esclarecer as coisas, leu na íntegra o nº 7 do artº 84º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo dito também que ainda nesta sessão tinha dito que até ao último ponto e não havendo mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia, as pessoas se poderiam inscrever para intervir, lendo em seguida ao nº6 do artigo 84º da Lei atrás referida, que na parte final remete para o Regimento, pensando que

haveria uma má interpretação da Lei por parte deste munícipe e que este na última sessão, tinha assistido à mesma desde o início e tinha ouvido a informação que tinha sido dada no início desta. O sr. José Sobreira retorquiu que na última sessão não tinha ouvido essa informação dada pelo Presidente e que pessoas que estavam junto a si, lhe tinham dito que ele só poderia intervir se tivesse efectuado a inscrição na primeira hora, ao que o Presidente da Assembleia disse que não tinha sido ele a fazer essa afirmação.-----

----- O sr. António Alves da Cruz, morador no Bairro Cheles, em Vila Velha de Ródão, referiu que o monumento aos combatentes, existente nesta vila, não estaria nas melhores condições e que inclusive os nomes dos combatentes ali inscritos, era de difícil leitura, sugerindo uma visita ao mesmo, antes de Junho, acompanhado de todos os membros desta Assembleia e do executivo camarário, onde no local explanaria a forma de o melhorar.-----

----- A sr^a Presidente disse que, que realmente haveria alguma dificuldade na leitura desses nomes e que pensava que se poderia resolver esse problema, no entanto nada podia ser feito sem a autorização do autor desta obra, portanto ter-se-ia que solicitar ao projectista da mesma para arranjar uma solução para tornar mais visíveis esses nomes.-----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a presente sessão.-----

----- Por ser verdade, se lavrou a presente Acta, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa.-----
